

1

Rildo Cosson: Educação legislativa e letramento político

Por Guilherme Wagner Ribeiro¹

Resumo: Transcrição de entrevista concedida à Escola do Legislativo da ALMG por Rildo Cosson, em maio de 2022, em comemoração dos 30 anos de educação legislativa no Brasil. Cosson é doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB) e bacharel em Letras pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Ex-servidor do Senado Federal, onde atuou, entre outras coisas, como docente no mestrado em Poder Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor), Cosson possui grande experiência prática e acadêmica na área da educação política. Atualmente, é pesquisador do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da FaE/UFMG.

Palavras-chave: Educação legislativa. Escolas do Legislativo. Educação política. Letramento político.

1 – Introdução

A ideia de produzir um número dos *Cadernos da Escola do Legislativo* que privilegie a reflexão sobre educação política e sobre as escolas do Legislativo é oportuna pelo menos por dois fatores, explicados a seguir. Um desses fatores diz respeito ao crescimento significativo, nos últimos anos, do número de

1 Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), mestre em Educação e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor na Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8814793145567453>. Contato: guilherme.ribeiro@almg.gov.br.

escolas do Legislativo criadas pelas câmaras municipais. Há nisso, por certo, um contágio a partir da visibilidade de boas práticas de algumas casas legislativas, em um processo conhecido na sociologia como isoformismo institucional. A adoção da mesma nomenclatura – Escola do Legislativo – pela maioria das casas legislativas sugere que a criação desse órgão por diferentes câmaras municipais não é coincidência; antes pelo contrário, trata-se de um movimento que se alastra sem distinguir tamanho, situação socioeconômica ou perfil ideológico do município ou da casa legislativa. Esta publicação vem iluminar essa onda, ampliando a capacidade de reflexão dos atores – servidores, agentes políticos, cidadãos – envolvidos nesse movimento.

O outro fator que torna oportuna esta publicação se refere ao momento político atual, de acentuada polarização, o que faz da educação política uma tarefa tão premente quanto complexa. A política pode ser compreendida como o mecanismo não violento de soluções de conflitos, em que aqueles que defendem pontos de vista diferentes e concepções de mundo e de bem viver diversos dos nossos são adversários políticos, não inimigos. Não promove a política e a democracia aquele que sugere o extermínio dos que se encontram ideologicamente em posição oposta. Não resta dúvida sobre a importância de se aprender a escutar aqueles que pensam de forma diferente, daí a relevância do trabalho educativo das escolas do Legislativo e de todo o esforço de reflexão sobre os desafios e as experiências dessas instituições.

Em uma publicação dessa natureza, portanto, merece destaque a contribuição de Rildo Cosson, que se dedicou com afinco à pesquisa e à reflexão sobre a educação política e as escolas do Legislativo por quase duas décadas. O entrevistado começou sua carreira acadêmica com o curso de graduação em Letras na Universidade Federal do Acre (1986), passando pelo mestrado em Literatura na Universidade de Brasília (1989) e pelo doutorado em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998). Era professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) quando passou no concurso da Câmara dos Deputados, retornando à capital do País para assumir, em 2003, o

cargo naquela casa legislativa, logo sendo lotado no Centro de Formação (Cefor). Rildo se caracteriza por promover reflexão rigorosa sobre a própria prática, que não é somente sua, mas sempre uma prática coletiva. Não é por outro motivo que, como um bom leitor, tem extensa produção acadêmica sobre a leitura e a formação de leitores. Trouxe para o Legislativo essa forma de atuar profissionalmente, promovendo o vínculo entre a prática e a pesquisa, que se iluminam reciprocamente. Daí, dedicou-se à pesquisa sobre as escolas do Legislativo, culminando na publicação de obra seminal sobre o tema – *Escolas do Legislativo, escolas de democracia* –, seguida de outra pesquisa com a qual obteve seu segundo doutorado, dessa vez na Faculdade de Educação da UFMG, quando desenvolveu o tema do letramento político.

Aposentou-se na Câmara dos Deputados em 2019, dedicando-se inicialmente à docência no campo das letras e, em seguida, ao ócio produtivo. Com certeza podemos esperar boas reflexões dele nessa nova fase. Por ora, vale o esforço para resgatar e compartilhar as ideias amadurecidas nesses quase 20 anos de dedicação à educação legislativa. Espero que se sintam instigados com a leitura da troca de ideias que se segue, ainda que, como eu, não concordem com todas as interpretações expostas pelo entrevistado.

2 – Entrevista*

* Para preservar o conteúdo da transcrição apresentada pelo autor, foi feita a menor intervenção linguística possível (N. da R.).

Guilherme Wagner Ribeiro (entrevistador)

Rildo, muito obrigado por aceitar o convite para essa conversa e sistematizarmos um pouquinho sua reflexão sobre a educação legislativa, as escolas de governo e, em especial, as escolas do Legislativo. Acho que, de certa forma, você inaugurou um campo de pesquisa e de reflexão sobre o fazer das escolas: inicialmente, com o livro sobre escolas do Legislativo, e,

depois, um livro sobre letramento político. Então, embora você esteja afastado, ou melhor, se afastando desse campo e contribuindo com outras discussões, é importante a gente recuperar um pouco a sua reflexão e compartilhar com um público cada vez maior, na medida em que vem se expandindo o número de escolas. Então, é nesse sentido que gostaríamos de fazer essa entrevista.

Você inaugurou um campo de pesquisa em torno das escolas legislativas com a sua investigação que culminou no livro *Escolas do Legislativo, escolas de democracia*. Quais foram os principais achados?

Rildo Cosson (entrevistado)

Bem, Guilherme, é um prazer poder conversar com você, refletir um pouco sobre educação nesse campo que nos é comum e familiar, porque você também tem uma contribuição importante nele, não é? Aliás, os mineiros são o maior número, nesse caso. A escola de Minas, para variar, é um centro dessa reflexão também.

Respondendo à pergunta, eu não acho que inaugurei um campo de pesquisa, não. O que eu fiz, na verdade – talvez seja um dos primeiros achados –, foi que, quando eu comecei a fazer a pesquisa, descobri não que o campo da escola legislativa fosse um campo virgem, mas é um campo ignorado, e eu acho que continua assim ainda em boa parte. Está mudando, hoje já temos mais estudos acadêmicos voltados para escola do Legislativo, para educação legislativa. Porém, o que acontece no Brasil é que, quando a gente fala de educação, realizamos uma série de metonímias: eu falo de educação e estou pensando em escola, então já faço uma redução; quando eu penso em escola, estou pensando em escola pública; quando eu falo de escola pública, na verdade estou falando de escola de ensino básico, normalmente de ensino fundamental; e, quando eu falo de ensino de escola pública e de ensino fundamental, eu estou pensando geralmente nos anos iniciais. Então, a reflexão sobre educação

do Brasil tem esses recortes, que são o campo dominante. Então, você vai ter uma quantidade muito grande de reflexão sobre a questão dos primeiros anos do ensino fundamental e, sobre o resto do sistema de educação, mesmo o sistema formal, vai ficando menor a reflexão. E, quando chega nas escolas públicas, como as escolas do Legislativo, que não são escolas que pertencem ao sistema de formação regular, aí pronto, simplesmente não existe nada mesmo, fica mais desconhecido mesmo, não é? É por conta dessa excessiva centralização sobre a questão da aquisição da escrita, que é um grande problema para nós, ainda é um grande problema no Brasil, que a reflexão sobre educação tem essas reduções.

Isso fez com que a educação legislativa seja colocada como algo à parte, algo de lado. Eu vi muito isso quando estava fazendo o trabalho: “Mas por que você está trabalhando com uma coisa tão periférica?”. A minha área de atuação inicial é a leitura. Então, para quem trabalha com leitura, aparentemente educação legislativa é uma coisa muito periférica. Esse é um achado, uma das conclusões, um dos aspectos que percebi na época.

Em relação às próprias escolas, na época, o que foi bastante evidente para mim é que nós estávamos frente a um fenômeno diferenciado. A pesquisa que fiz para o livro *Escolas do Legislativo, escolas de democracia* era composta de uma parte sobre o Mercosul, uma parte sobre o Uruguai e sobre a Argentina. Eu visitei o Uruguai e a Argentina, visitei seus parlamentos para poder conhecê-los. Aí eu percebi que, ao contrário do que acontecia no Brasil, tanto no Uruguai quanto na Argentina, apesar de haver programas de letramento político, programa de formação e capacitação de servidores, eles não funcionavam numa mesma unidade, eles não tinham um diálogo entre si, eram coisas totalmente separadas. Aliás, era muito interessante, porque alguns programas de letramento político eram feitos com o Ministério de Educação diretamente, por grupos parlamentares que não tinham nenhum trabalho dentro do parlamento em si mesmo, no caso da Argentina, por exemplo. Hoje, não. No Uruguai, ainda continua muito separada, mas a Argentina já tem uma escola do Legislativo, podemos dizer assim, semelhante à nossa. Mas,

naquele momento, a nossa era uma escola diferenciada. Hoje, talvez, o fenômeno maior das escolas legislativas no Brasil, da educação legislativa, é justamente essa proposta de trazer no conjunto o que acontece em compartimentos diferentes. De certa forma, o Brasil traz um modelo de educação legislativa, traz um modelo de como é que se pode trabalhar de fora para dentro e de dentro para fora a educação legislativa. Esse talvez seja o principal achado em relação às escolas. É o que faziam as escolas, é o que elas estavam começando a fazer.

E um outro achado – que não se pode deixar de registrar, porque relevante – era justamente o espraiamento das escolas. Quando eu fiz esse estudo, as escolas ainda estavam no espraiamento estadual, ainda não haviam chegado nos municípios, mas era evidente que era uma questão de tempo e as escolas das câmaras municipais iriam começar também a integrar esse corpo. Era um momento de expansão. Então, era possível ver que logo nós iríamos ter um sistema muito bem constituído de escolas do Legislativo e, daí, poder falar de educação legislativa. Aí, sim, há um campo mesmo de atuação que precisava de reflexão.

Guilherme Wagner Ribeiro (entrevistador)

Rildo, eu não entendi muito bem, talvez você possa clarear um pouco sobre em que medida o Brasil é um modelo.

Rildo Cosson (entrevistado)

É um modelo para a educação legislativa. É modelo no sentido de que nossas escolas congregam, embora, claro, isso não é o geral para todas as escolas do mesmo jeito, mas é possível perceber no conjunto das escolas. Aqui eu estou pensando no conjunto, não estou pensando na escola A, B, C. Não é numa escola, estou pensando no conjunto delas. Então, se você olhar para o conjunto das escolas, vai perceber o seguinte: que o que nós trabalhamos como educação legislativa não é só a atividade que é feita para a sociedade, para a comunidade, para fora, mas

também as atividades feitas internamente. Então, nós temos uma proposta que perpassa o interno com o externo, ou melhor, que, de certa maneira, agrega o interno com o externo.

Isso se faz de diversas maneiras, seja incorporando servidores ao trabalho de letramento político, seja trazendo atividades de letramento para as pessoas que estão dentro do Legislativo, por exemplo. Essa unidade de atuação tem um lugar. Não é só o fato de ser um lugar único, é o fato de, nesse lugar, se praticar as duas coisas, sem estabelecer divisões entre elas. Claro que existem cursos e programas que são exclusivos para servidores, assim como tem cursos e programas que são exclusivos para a comunidade. Mas, entre eles, há um diálogo, há uma conversa. Uma coisa se aproveita da outra. Há uma sinergia entre um espaço e o outro, que, nos outros lugares, estão inteiramente separados, em que não há nenhum diálogo.

Vou dar exemplo do parlamento canadense, um parlamento que eu conheço bem porque estive lá fazendo curso. Eles têm o setor que cuida basicamente das atividades (externas). Eu perguntei quando eu estava lá: “Vocês precisam fazer algum trabalho com as pessoas internas, da própria casa?”. Aí responderam: “Contratamos uma empresa para fazer isso; não fazemos”. Se você falar isso para uma escola do Legislativo aqui do Brasil, eles vão falar: “Mas como que não?”. Se você faz para a comunidade, como não pode fazer para dentro? Quer dizer, para nós parece meio incoerente, não é? Mas é por causa do modo como estão constituídas as escolas lá. É bem diferenciado da nossa. Quer dizer, o nosso modelo, a nossa grande diferença, o que é o diferencial que apresentamos e que é altamente positivo é justamente essa unidade, essa sinergia entre os diversos espaços. Isso é diferente, isso é único.

Guilherme Wagner Ribeiro (entrevistador)

Você teve uma atuação no Centro de Formação dos Deputados, que tem uma significativa estrutura física e de recursos humanos. Lá a gente identifica duas frentes de trabalho. Quer dizer, você tem lá uma forte atuação na capacitação técnica dos

servidores da instituição e tem um campo de educação para a cidadania, esses dois campos a que você já fez menção. Essa dupla atuação a gente tem, por exemplo, aqui na Escola do Legislativo também, inclusive organizada em duas gerências. Na sua percepção sobre evolução das escolas nos anos seguintes, elas cumprem esses dois campos de forma satisfatória?

Rildo Cosson (entrevistado)

Bem, nesse caso, Guilherme, eu acho que tem um pouquinho da ilusão da distância, em relação ao funcionamento da Câmara. A Câmara, na verdade, é uma instituição ensimesmada, é voltada para si mesma, para dentro. Ela não tem visão de fora, é muito pouca a visão dela para fora, pelo tamanho mesmo da instituição, na qual entram deputados, 10 mil, 12 mil servidores. Você pode imaginar o que significa tudo isso. Quer dizer, ela tende a se voltar muito para dentro. Ao contrário da ALMG, a Câmara não teve a clareza de que era preciso dar ao Cefor o poder de formação, como acontece na ALMG. Então, na ALMG, a carreira do servidor está ligada às atividades que ele faz na Escola. Isso não acontece no Cefor, ou seja, as atividades dos servidores no Cefor são livres. O servidor faz porque tem interesse em fazer, não porque tem alguma exigência... Se eles fizerem, eles podem afetar sua carreira, se eles não fizerem, isso não afeta em nada a sua carreira, entende? Quer dizer, a sua promoção ou mesmo os cargos que eles ocupam independem de qualquer coisa que eles façam no Cefor. Acho que essa distinção é importante, porque eu acho que essa dupla atribuição em Minas é muito mais clara. Essas duas frentes de trabalho costumam ser muito mais claras e é muito mais coerente no sentido de consistência, da formação da escola. Não estou dizendo que seja melhor ou pior em relação ao Cefor. Estou falando em termos de constituição mesmo da escola, de organização da escola.

Agora, essa formação e capacitação dos servidores, na verdade, não são duas frentes. Elas são três frentes. Uma frente de formação... Deveria ser uma frente de formação, uma frente de capacitação e uma frente de letramento político e educação para a cidadania. Isso que as escolas deveriam fazer. A Câmara

começou a trabalhar um pouco nesse sentido, quando ela construiu a pós-graduação. Então, a pós-graduação está voltada para a formação. A capacitação técnica do servidor, inclusive, era outra diretoria a responsável. O letramento político, a educação para a cidadania, é uma outra situação. Então, na Câmara, são três frentes distintas: uma de formação, uma de capacitação e outra de educação para a cidadania, que é letramento político ou educação para a democracia, como vocês chamarem. São três frentes na Câmara, não são duas. Aliás, na Câmara são quatro, porque o Cefor, além de fazer formação, fazer capacitação e fazer educação para cidadania, também faz seleção e preparação dos servidores para o ingresso na Casa. Os concursos da Câmara, a distribuição dos servidores, passam pelo Cefor. A entrada na Casa passa pelo Cefor. Então, a alocação do servidor passa pelo Cefor, ou seja, é um pouco assim “departamento de pessoal” dentro do Cefor também. Então, o Cefor tem essas quatro frentes, digamos assim, de atuação bem nítidas. São diferentes, acredito, das outras escolas.

Talvez elas até não sejam desejadas dentro das escolas e não poderia ser assim. Essa parte mesmo de seleção de servidor, de ingresso dos servidores, poderia ficar fora do Cefor ou então ser melhor integrada ao processo de formação do servidor. Acho que as três frentes são coerentes: formação, capacitação e educação para a democracia. Essa quarta frente, por exemplo, eu acho inadequada – é a minha posição em relação à estrutura do Cefor, porque trabalhei lá.

Agora, em relação às outras escolas, se isso a gente vai ver nas escolas, eu acho que as outras escolas, até por causa do sucesso da escola de Minas Gerais, elas não compreenderam que o sucesso se dá justamente por causa dessa coerência ou consistência de organização que eu falava antes, que faz com que a progressão do servidor, a atuação do servidor, seja ligada à sua participação na escola. Tentam articular essas duas frentes principais do trabalho não na formação, mas mais na capacitação e educação para a democracia, e nem sempre são bem-sucedidas. Na maioria das vezes, são malsucedidas, pelo menos é o que eu tenho visto.

Essa, aliás, seria uma das questões para se repensar os pontos de reflexão: o que seria, de fato, essa capacitação e formação do servidor que as escolas deveriam oferecer? Eu acho que o modelo da Escola da ALMG é muito bom para a ALMG. Para ser aplicado nessas escolas, ele precisaria cumprir a organização da ALMG, o que, obviamente, talvez não seja possível em todas as escolas. Na verdade, é aquela história: “É bom demais para você”. Ele é tão bom, é um sistema que funcionou tão bem, que parece possível aplicar, mas não é.

Então, o ideal é que as escolas passassem a repensar a sua atuação, sobretudo as escolas municipais que sofrem muito com essa questão ao tentar replicar essas duas frentes. Como elas têm um número muito pequeno de servidores, é natural que as duas frentes – formação e capacitação – sejam muito frágeis em relação ao trabalho imenso que elas teriam que fazer de educação para a democracia, que talvez fosse o campo a que elas deveriam se dedicar mais prioritariamente, tão perto da comunidade das escolas municipais; olhar de outra maneira a formação e a capacitação dos servidores.

Guilherme Wagner Ribeiro (entrevistador)

Rildo, na sua contribuição para esse campo, você traz uma ideia da constituição de um sistema da educação legislativa. Parece-me que essa ideia não teve adesão na reflexão. O que exatamente seria esse sistema? Você continua achando que esse é um caminho?

Rildo Cosson (entrevistado)

Acredito. Eu acredito que as escolas do Legislativo só conseguirão realmente funcionar bem, cumprir bem os seus papéis, quando elas compreenderem que fazem parte de um sistema. Acho que um dos nossos problemas é justamente essa dificuldade de nos enxergar como um sistema, porque nós somos um sistema.

Antes de tudo, um esclarecimento: “sistema” significa uma organização. Uma forma de organização em que os diversos elementos interagem entre si para um fim maior é uma expressão do sistema. Os sistemas podem funcionar bem ou podem funcionar mal. Esses diversos órgãos, esses diversos pontos de ligação de um sistema podem ser disfuncionais, por exemplo. Pense aí no Sistema Nacional de Habitação com as suas Cohabs, cada uma voltada para um lado. A moradia é uma questão dramática no nosso país ainda porque o Sistema Nacional de Habitação não funciona direito. É um sistema, mas não funciona bem, entendeu? Então, o problema de pensar o sistema é que, quando as pessoas pensam em sistemas, elas pensam que têm que ser uma coisa boa. Não necessariamente. Pode ter um sistema que não funciona bem. O ideal é que o sistema funcione bem, mas, para tal, tem que se compreender que seja como tal.

Por que nós somos um sistema? Porque nós temos, primeiro, um conjunto diferenciado de organizações com o mesmo fim. Então, nós temos um sistema. Nós temos escolas estaduais, municipais e federais, ou seja, nos três níveis de organização do Estado, nós temos um sistema. Nós temos escolas e elas se comunicam entre si. Essas escolas não estão isoladas, não são pontos isolados; ao contrário, elas dialogam. Esse é um diálogo altamente funcional, sinérgico? Aí é outra conversa. Temos tentado fazer com que esse diálogo funcione? Temos. A Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas (Abel) é testemunha das várias tentativas e é uma das promotoras da organização desse sistema. Não há dúvida.

As visitas que praticamente todo o ano a Escola da ALMG recebe, toda vez que mudam as chefias, o pessoal faz caravana para conhecer a escola mais antiga e em funcionamento por mais tempo, que é a da Assembleia em Minas. Isso é uma prova de que nós estamos frente a um sistema. Ou seja, nós temos até um centro difusor dentro desse sistema, de proposta, de modelos, de formas de atuação, de programas, de atividades. Então, é inegável que nós temos um sistema, basta olhar. Qualquer pes-

soa olhando para o conjunto das escolas verá que elas funcionam como um sistema. Não há dúvida de que isso é um sistema.

Guilherme Wagner Ribeiro (entrevistador)

Dentro do que você falou, eu gosto mais do conceito de rede.

Rildo Cosson (entrevistado)

Mas não é rede. Sabe por que não é rede? Rede pressupõe pontos que são ligados para formar um conjunto e esses pontos não têm diferenças entre si. Então, nós temos um sistema porque a escola municipal é uma coisa, a escola estadual é outra e a escola federal é outra. O Estado não funciona do mesmo jeito nos três níveis, então é muito diferente de rede. Redes são nós que se dão à medida que as pessoas vão integrando. Aqui eu estou falando de uma visão de conjunto.

Veja, lá no município Nossa Senhora das Antas, aqui no interior de Minas, ouviu-se falar das escolas do Legislativo. O vereador apresentou uma proposta e criou sua escola, mas ele não é só um nó, um ponto que estabelece. Quando ele cria a escola, ele incorpora todo um funcionamento das escolas que já está pronto, que já está dado. Ele pode recusar e pode refazer, mas ele precisa “dialogar com”. Isso não acontece na rede. O conceito de rede é muito interessante, até porque é bem contemporâneo entre nós. Mas rede equivale a isso, a pontos que são ligados e desligados no sistema horizontal. Você não tem rede vertical. Quando você verticaliza, você começa a trabalhar com o sistema, porque redes são diferentes. A rede pressupõe pontos iguais ou pelo menos com o mesmo impacto.

Guilherme Wagner Ribeiro (entrevistador)

Entre as diversas expressões que traduzem o conjunto de práticas, como educação para a cidadania, educação política e educação cívica, você prefere trabalhar com o conceito de letramento político. Por quê? O que o distingue dos demais?

Rildo Cosson (entrevistado)

Eu só queria lhe falar ainda mais uma coisinha. Sobre a questão do sistema ainda, não só temos hierarquias diferentes, como temos também incorporação, um protocolo de incorporação para participar do sistema. É assim que se integra. Eu acho que a ideia de rede é mais uma questão generosa, na verdade, porque, quando se propõe rede, está se propondo que apaguem essas diferenças ou que elas não tenham valor para a junção, para se integrarem. Acho que é uma visão muito generosa a da rede, mas que não é a realidade.

Bem, vamos voltar à pergunta que você fez agora, que é a questão da educação, que termo é melhor, não é? A questão é a seguinte. Eu tenho uma implicância com essa expressão de “educação para”, com o uso da palavra “educação”. Porque a palavra “educação”, para começar, é muito polissêmica, intensamente polissêmica, e há um esvaziamento da ideia mesmo. Quando eu falo “educação para a cidadania”, não só a cidadania é difícil de definir, já é complicada, como a própria palavra “educação”, aquela a que você está se referindo, entende? A mesma conotação política, a educação cívica, a educação moral e cívica, podem significar coisas muito diversas. É um balaio, um saco de gatos, cabe muita coisa. Na educação para a cidadania, pode ser educação pela cidadania, educação da cidadania, educação para a cidadania – só para pensar no uso das preposições que poderíamos articular. A mesma coisa a educação política: pela política, da política, como política. E aí, envolve um campo muito grande e de difícil delimitação. Não estou negando a legitimidade desses conceitos, acho que todos eles têm um histórico, têm um sentido e, certamente, quando a pessoa usa aquele sentido é porque esse é o que ela está querendo falar. Agora, que eles sofrem mais do que o letramento político com o problema de delimitação, aí sofrem. Isso aí não tem jeito.

Então, o letramento político, até por ser novo, sofre menos dessa polissemia, dessa amplitude, dessa dificuldade de estabelecer os limites e de precisar seu campo semântico. Isso já seria

uma grande vantagem em relação aos outros, mas é mais que isso. Quando eu falo de letramento político, eu estou falando de uma nova forma de compreender esses outros conceitos ou essas outras concepções que estão subjacentes a essa ideia de educação para a cidadania, educação política, educação cívica, educação para a democracia, e daí por diante.

Então, quando eu falo “letramento político”, eu estou não só trazendo um conceito que delimita melhor o campo, como também permite que eu seja mais preciso, atual e contemporâneo ao que eu estou designando, ao que eu estou concebendo, porque o letramento político, nesse caso, está dialogando justamente com a situação que vivemos hoje numa sociedade que é essencialmente gráfica, em que não participar, não ter acesso ao mundo gráfico, ao mundo da escrita, significa ser marginal. E, ao mesmo tempo, o reconhecimento que, por ser uma sociedade grafocêntrica, não é possível estar nela sem, de alguma maneira, participar dela.

Então, é essa forma de pensar a questão da educação política, ou da educação para a democracia, que o letramento político traz, ou seja, ele traz todo o arcabouço teórico que já se pensou sobre o letramento em relação ao que nós temos. Então, é uma forma, de certa maneira, de atualizar a reflexão sobre a educação para a democracia. Veja que eu falei “atualizar”; não estou falando de anular. Eu vou insistir nisso. Quem usa a expressão “educação para a democracia”, certamente deve ser porque traduz melhor o que está pensando, a ênfase que dá. Cada uma dessas expressões tem uma ênfase diferente, assim como o letramento político, ou seja, há uma ação política por detrás do uso de cada expressão. O letramento, bem como um processo de apropriação de conhecimento, práticas e valores à democracia, para mim diz mais o que se pretende fazer sob o rótulo de educação para a cidadania, educação política, educação cívica, educação para a democracia, que acontece em outras denominações.

Guilherme Wagner Ribeiro (entrevistador)

Veja se a impressão procede. Eu tenho a impressão de que letramento dá ideia de introdução, de básico.

Rildo Cosson (entrevistado)

Não. Não. A ideia de letramento é, na verdade, de apropriação. Esse que é o ponto central da ideia de letramento. Essa que é a virada em relação aos outros conceitos.

Guilherme Wagner Ribeiro (entrevistador)

Apropriação em que sentido?

Rildo Cosson (entrevistado)

O que nós estamos falando, quando falamos “letramento”, é de uma forma em que você recebe algo que é cultural, porque pertence à sua comunidade, à sua sociedade e incorpora a você mesmo. É uma forma de você dialogar entre o coletivo e o individual. Quando você se apropria de alguma coisa, você torna aquela coisa sua; a coisa já existe antes, mas ela só existe para você no momento em que você a transformou sua, tornou-a própria, não é mais alheia. Então, essa passagem do alheio ao próprio que é o letramento. Esse é o letramento. É quando eu incorporo a coisa a mim mesmo, faço que ela seja minha.

Então, a grande diferença do letramento em relação aos outros conceitos é essa. É diferente. Essa que é a diferença, é a ideia de apropriação, ou seja, eu aprendo política porque eu vivo no ambiente político, eu reconheço isso, mas não é determinístico. Eu aprendo e posso transformar a mim e ao próprio ambiente com a minha ação.

Guilherme Wagner Ribeiro (entrevistador)

Então, qual é a concepção de democracia subjacente a essa noção de letramento político?

Rildo Cosson (entrevistado)

Aqui é preciso esclarecer uma coisa que normalmente a gente passa um pouco adiante, até por interesses políticos, na

falta de outra palavra. O letramento político em si mesmo é um processo de apropriação da vida política. Simplesmente isso. Então, ele acontece em toda e qualquer sociedade. Havendo duas pessoas juntas, vai existir letramento político. Só não acontece letramento político num ermitão, sozinho, isolado do mundo. Num mosteiro isolado, onde há monges rezando, ali há letramento político entre os monges. Então, sempre que eu tenho contato com outra pessoa, eu estou fazendo política; ali há o letramento político. Então, o letramento político é o processo de apropriação da vida em comunidade, de como eu aprendo a viver numa comunidade, de como eu vivo numa comunidade, de como eu incorporo as regras daquela comunidade e de como eu atuo sobre as regras da comunidade. Esse é o letramento político. Isso independe se essa comunidade é democrática ou não. Não há necessidade de ser democrática nesse conceito. É claro que nós, no Ocidente e no Brasil, especificamente, quando falamos em letramento político estamos pensando em democracia, porque, dados os nossos ideais de vida, quando pensamos em promover letramento político, estamos querendo promover uma sociedade democrática, promover uma sociedade que não seja ditatorial, que não seja autoritária. É preciso ter essa clareza de distinção entre o conceito e aquilo que nós incorporamos.

Então, quando eu falo letramento político no Ocidente, de um modo geral, eu estou pensando nos processos de apropriação e de aprimoramento da democracia, porque é o que faz sentido, até porque, nas cidades autoritárias, a ideia é de que não se deve iluminar essa apropriação, ou seja, não se deve jogar luz sobre a apropriação. Quanto mais obscura ela for, melhor, porque se quer justamente que as pessoas não pensem. Então, é outra história. Por isso que a democracia faz parte da nossa concepção de letramento político, porque nós temos a democracia como um ideal de vida, um ideal de vida na comunidade, obviamente. Então, por isso que nós estamos falando de democracia no letramento político.

Esclarecido isso, agora podemos dizer: qual é a concepção de democracia que subjaz o nosso letramento político? A

democracia, nesse caso... Eu não gosto de fazer essa classificação. Eu não sou cientista político, então eu não gosto de fazer essas diversas classificações e entrar nesse debate, que é uma aporia do que é definir democracia. Eu não sou, mas, se fosse cientista político, essa era uma discussão que eu não faria, até porque é uma discussão por ética. Não tem jeito, não tem como chegar a um conceito único de democracia.

Acho que é possível pensar em democracia como um ideal que praticamos no Ocidente – eu digo “Ocidente” porque eu estou pensando, obviamente, não como um corte em relação aos países do Oriente. Não é isso. Eu estou pensando em termos históricos. Há um momento da democracia na Grécia bastante idealizado, que é retomado no século XVIII, na Europa, e essa retomada obviamente é uma releitura do que aconteceu na Grécia, da experiência grega. Essa retomada gira em torno de dois grandes conceitos. O primeiro conceito, sem hierarquia entre eles – eu digo primeiro só porque tem que começar por um, mas podia começar por qualquer um –, é o conceito de liberdade e o conceito de igualdade. Então, toda e qualquer discussão sobre democracia que fazemos hoje gira em torno desses dois conceitos. A igualdade, no sentido de que o outro vale tanto quanto eu, e isso tem a ver obviamente com essa emergência da democracia na Europa, onde havia distinção nítida de classe, os privilégios da aristocracia e tudo o mais, como se sabe em relação à Revolução Francesa. Está muito claro para nós o que é o conceito de evolução histórica, e aí essa igualdade vai progredindo, vai se alterando, vai se alargando, vai se ampliando. Hoje, quando nós falamos das minorias, estamos falando de quê? De igualdade.

Pode botar outras palavras: equidade, justiça social, mas basicamente o que você tem aí é a ideia de igualdade; no fundo, nós estamos falando de igualdade. É uma luta que começa pelo igual. Nenhum ser é igual ao outro, mas tem o mesmo valor do outro, tem o mesmo peso do outro dentro da sociedade; a minha voz vale tanto quanto a sua. Quer dizer, eu tenho os mesmos direitos que você, os mesmos deveres que você, e daí

por diante, ou seja, a minha relação com o outro é uma relação de paridade.

Somos pares nessa comunidade, somos comuns nessa comunidade. Essa é a primeira concepção de democracia. A segunda é a de liberdade, que é também melhor pensada não na Revolução Francesa, mas pensada em relação aos ingleses, no parlamento inglês. É a ideia de que eu posso, eu devo ter o direito de viver livremente. Ninguém pode, o Estado não pode me obrigar a fazer coisas. Eu tenho que ser livre. Esse princípio foi o do liberalismo. Nós sabemos disso. Aliás, foi reapropriado agora. Quando você vê a defesa do porte de arma, vê uma reapropriação disso, dessa ideia de liberdade em relação ao Estado sobretudo, não ao leviatã, mas não é só ao Estado. A ideia de liberdade começa pensando na liberdade positiva e na liberdade negativa. Não cabe aqui fazer toda uma reflexão sobre isso, mas é justamente a ideia de que você pode decidir o seu destino, você pode decidir ser quem você é, o quanto você é. Então, nesse sentido, a ideia de liberdade também está... Ou seja, eu posso ser quem eu quero ser, desde que não esqueça do outro. É nesse diálogo entre igualdade e liberdade que eu me posiciono dentro de uma comunidade composta por outras pessoas. É por isso que, sempre que existe outra pessoa, existe política. Percebeu a coerência da ideia de política em relação a esse conceito de democracia? É isso. A democracia é justamente o exercício da liberdade com igualdade ou da igualdade com liberdade dentro de uma comunidade. O letramento político é justamente tentar nos tornar consciente da necessidade de equilibrar as duas coisas e vivê-las com plenitude.

Guilherme Wagner Ribeiro (entrevistador)

Rildo, a gente consegue contextualizar essa discussão neste momento do nosso quadro político de forte polarização, de dificuldade de interação com o oposto? Qual seria o papel do letramento político ou das escolas do Legislativo nesse ambiente de polarização?

Rildo Cosson (entrevistado)

Para as escolas do Legislativo acho que é um momento de grande aprendizado, não é? É um momento muito, muito importante e muito bom, muito profícuo, se olhado pelo lado do que nós podemos aprender com ele. Até há pouco tempo, a grande questão do letramento político era a apatia. Você vai encontrar páginas e páginas escritas em relação à apatia das pessoas, dos jovens que não querem votar, que ignoram, que não sabem o nome dos candidatos, que votaram e não se lembram mais em quem, não sabem o nome dos ministros do Supremo, não sabem que o Congresso tem duas Casas, não sabem dos deputados... Não que esses conhecimentos tenham melhorado muito. Não estou achando que melhorou, mas certamente não podemos mais dizer que as pessoas não se importam com política. Aquele clássico do analfabeto político, da pessoa dizer que não gosta de política hoje definitivamente... Ainda há pessoas que dizem: “Não gosto de política. Política aqui não!”; mas com certeza a política passou a fazer parte da vida, com a polarização, sobretudo, de muitas pessoas. As famílias que o digam, não é? No Natal, já está difícil. Aliás, este Natal vai ser mais difícil ainda. Se os outros estavam complicados, este vai ser mais difícil ainda. Brincadeiras à parte, eu estou aqui lembrando de situações de família. Eu acho que esse é o primeiro aprendizado. É como se estivéssemos mais ou menos na situação da resposta dada por Madre Teresa de Calcutá ou, às vezes, atribuída à Santa Teresa D’ávila: “Há mais lágrimas choradas pelos pedidos que são atendidos do que pelos pedidos que não são atendidos; há mais lágrimas derramadas por aquilo que nós pedimos do que por aquilo que não pedimos”. De repente, é mais ou menos isso. Nós pedimos participação, pedimos interação, pedimos fim da apatia, e ela chegou não exatamente como a gente havia pedido, mas veio como um castigo de deus grego. Os gregos, quando queriam castigar os humanos, davam em dobro aquilo que eles pediam.

Pois bem, feita essa reflexão inicial, só para a gente ter um cenário mais concreto em relação ao letramento político, o que acontece? Acontece que as pessoas estão tendo mais consciência,

e consciência no sentido da percepção de que a política partidária, de que o Estado, as ações estaduais fazem parte da vida delas. Então, é um reconhecimento de que, quando eu vivo em comunidade, aquilo que acontece ali me afeta. A distribuição de poder numa comunidade me afeta, e eu não posso ignorar isso, não posso achar que isso não tem nada a ver comigo ou que eu posso levar a minha vida independentemente, indiferentemente. Aí essa distribuição de poder, aí essa forma de organização da minha comunidade, da minha sociedade... Não é maravilhoso isso? Eu acho isso fantástico, acho ótimo, ou seja, há uma concepção. As pessoas estão começando a compreender isso, estão começando a ver isso e são afetadas por isso. É claro que há aqueles que pensam assim: “Ah, era tão bom quando a gente não precisava discutir nada de política; era tão bom quando a gente podia fazer almoço de Natal sem falar de política”. Mas, na verdade, falavam de política.

Só que, como havia uma posição dominante, essa posição hegemônica silenciava as outras, tornava-as periféricas, menos participantes. Silenciava, reprimia, ou seja, sempre houve política no jantar de Natal, só que não era permitido falar porque a política era uma só, a dominante. Hoje já não dá mais.

Quando falamos em polarização, estamos falando justamente de vozes que se levantam, vozes diversas. Não há mais uma voz única. São diversas vozes que estão se levantando enquanto resistência. Há polarização porque há resistência dos dois lados dos polos, vamos dizer assim. Claro que há extremos desejados, sem dúvida nenhuma. Se você olhar um pouco menos apaixonadamente para a questão, o que você vai ver é exatamente isso. São vozes que se enfrentam, posições que começam... E isso faz parte da vida, da comunidade. São as disputas pelo poder, inclusive pelo poder de dizer o que pode e o que não pode, o que deve e não deve ser feito. Há liberdade e a igualdade da democracia em discursar.

O que o letramento político das escolas do Legislativo podem fazer nesse contexto? Primeiro, é compreendê-lo; depois, não rotulá-lo; por fim, atuar junto deles, atuar; incorporá-lo. Em

vez de tentar se colocar numa posição de Olimpo, se distanciar dessa polarização, dessas discussões, não é? Tem de trazer para dentro, tem de ouvir todos esses grupos. Talvez a primeira ação seja essa “escutatória”: “Por que estamos tão polarizados? Por que precisamos gritar tanto sobre aquilo que não consideramos nossos direitos?” Estou falando tanto de um lado quanto do outro lado dos polos. Talvez, se as escolas do Legislativo, os proponentes, aqueles que trabalham nelas começarem a olhar dessa maneira, seja possível encontrar caminhos para a convivência, para a vida em comunidade, para que recuperemos a ideia do que é comum, para mantermos firmes a ideia de que somos iguais, mantermos mais firmes ainda a ideia de que somos livres para decidir a nossa própria sorte.

Guilherme Wagner Ribeiro (entrevistador)

A sua observação é um gancho para uma próxima questão, que é o aspecto metodológico. Quer dizer, se pegarmos a questão do processo de formação política, de letramento político, num tripé de conhecimento-attitudes-valores, como a noção de letramento político busca exatamente despertar ou fomentar os valores?

Rildo Cosson (entrevistado)

Aí, Guilherme, é uma coisa importante. Primeiro, é que tem de separar a formação de apropriação. O letramento político trabalha com apropriação. Ele é apropriação. A formação é uma ação que faço dentro do processo de apropriação. Compreender isso é importante. Aí existem as instituições formais, que são as escolas, que são responsáveis pela formação, e há outras formas também, dentro do processo de apropriação da vida comunitária, digamos assim. Quer dizer, a formação é uma intervenção que se faz dentro desse processo de apropriação. Ela acontece bem ou mal, de várias maneiras, sistemática ou assistematicamente, de diversas formas. Quer eu queira ou não. Aliás, estamos vendo isso. Uma boa parte da apropriação se faz sem ter processos de formação nítidos, sistemáticos. Quando eles

existem, vêm com um viés religioso, excessivamente partidário, que não considera essa relação entre apropriação e formação. Essa é a primeira parte. Depois, que o tripé é de conhecimento, práticas e valores. A atitude que vem da ideia do Shawn, do pessoal da administração, não é o adequado, porque a prática aqui é que é definidora da coisa, ou seja, só há possibilidade de se fazer formação dentro do processo de apropriação, letramento político, se você promover os conhecimentos e os valores através de práticas. Então, o que é possível fazer? É apresentar práticas que envolvam os conhecimentos e os valores da democracia, oferecer, sobretudo para os jovens e as crianças, práticas, experiências que envolvam conhecimentos e valores e práticas democráticas, para que possam se formar dentro do processo de apropriação cultural em que estão. Então, se oferecemos experiências que possibilitem às pessoas praticarem a democracia, dentro de valores democráticos, com conhecimento da democracia, vamos estar atuando bem. Então, metodologicamente, a grande questão seria oportunizar experiências para os jovens e para as crianças, aos adultos também. Estou falando basicamente de pessoas com um cabedal menor de experiência, para que possam justamente – e essa experiência ter um fundamento prático – exercitar, vivenciar, experienciar mesmo esses valores e conhecimentos que são da democracia.

O que acontece entre nós é que normalmente somos muito escolásticos, queremos sempre começar pelo conhecimento. Queremos que as pessoas aprendam os conceitos para depois irem para as práticas. Só que, com democracia, não funciona assim. Com letramento político, também não. Tenho de ter experiências práticas e que os conhecimentos e valores estejam embebidos dentro dela, sejam necessários para trabalhar. Se fizer isso, vou permitir que as pessoas se apropriem de fato.

Se eu fizer isso, vou permitir que as pessoas se apropriem de fato, ou seja, tornem seu, próprio, porque senão, se for só o conhecimento, como costuma acontecer nos programas de várias escolas, se for só o conhecimento, ele pode ou não ser incorporado. Normalmente, o que acontece é que ele é incorporado conceitualmente, mas, na prática, é outra coisa, como

diz o aforismo popular: “na teoria é uma coisa, na prática é outra história”. É fundamental, sobretudo neste momento, que invertamos isso, que comecemos pela prática. Não é começar pela prática. É conceber uma prática que tenha conhecimentos e valores junto. Então, é isso a apropriação.

Guilherme Wagner Ribeiro (entrevistador)

Podemos conceber essa resposta para diversas instituições que estão preocupadas com o letramento político, ainda que não adotem esse conceito, a partir de outros conceitos.

Qual seria a especificidade do Poder Legislativo?

Rildo Cosson (entrevistado)

Nesse caso, vou puxar a brasa para a nossa sardinha, considerando que somos ambos do Legislativo, que você é do Legislativo e eu que fui dele. Vou retomar aí e pensar que ainda estou no Legislativo.

A especificidade do Legislativo é porque o Poder Legislativo, nas nossas sociedades, baseadas num Estado de tripartição de Poderes, é justamente o Poder que é a caução da democracia, é o Poder que cauciona a democracia, é ele que dá origem ao Estado. Fica muito claro quando são feitas algumas perguntas. O que define a democracia constitucional? É a existência de uma Constituição. Como é que a Constituição foi feita? Onde ela é feita? Onde ela é pensada, constituída, repensada? O Legislativo é onde se origina, é aquele dá origem ao Estado, é ele que assegura a existência do Estado, é ele que é responsável pela amálgama do Estado. Então, antes, quem assegura a existência da democracia é o Legislativo. Então, por esse papel, por essa função instituidora, essa função primeira do Legislativo de ser a caução da democracia, é que as escolas do Legislativo deveriam apresentar um letramento político que, de certa maneira, poderia ser como um sinalizador, como um farol para as outras instituições. Porque, se é daqui, do Legislativo, se é ele que garante o

funcionamento da democracia... O que acontece no sistema ditatorial? O que primeiro fecha? É a igreja? Não. A primeira coisa que fecha no governo ditatorial é o Legislativo, porque ali está justamente a essência da democracia. Então, esse lugar deve funcionar como uma espécie de leme, de farol para outras instituições. Deveria apresentar novas propostas. O fundamento do Legislativo deveria ser o protótipo para o funcionamento inclusive da reunião de condomínio, que não conseguimos assistir porque, muitas vezes, são muito autoritárias. Quer dizer, o exemplo do Legislativo deveria perpassar a sociedade, de cima a baixo, de como funcionar, porque lá temos diversas vozes atuando, discutindo, em conflito, mas buscando consenso, a vida em comum. Não é isso que queremos?

Guilherme Wagner Ribeiro (entrevistador)

Para encerrar, qual é o lugar da pesquisa numa escola do Legislativo, ou melhor, no sistema de educação legislativa?

Rildo Cosson (entrevistado)

Não poderia encerrar melhor. Sou suspeitíssimo para falar disso, porque defendi sempre muito a ideia de que era preciso pesquisar, ter um lugar de pesquisa. Sempre usei isso como argumento. Inclusive, quando os diretores da Câmara não queriam aceitar a existência de um programa de pós-graduação, sempre usei a pesquisa como principal argumento. Pensando do ponto de vista acadêmico, vamos dizer que a pesquisa do Legislativo, na escola do Legislativo, é uma pesquisa aplicada. Acho que esses rótulos não são ideais de se pensar o lugar da pesquisa no Legislativo, porque o lugar da pesquisa, na escola do Legislativo ou no sistema de educação, tem um lugar que é de pensar o Legislativo por si mesmo. Essa é a grande questão e o grande lugar da pesquisa. Seria uma espécie de lugar de fala, entende? Ou seja, a pesquisa no campo da educação legislativa serve justamente para dar lugar a essa voz que seria do Legislativo falando de si mesmo. O que acontece no Legislativo é que ele é falado de fora para dentro, ou seja, há todo um saber

sendo construído sobre o Legislativo que é de fora dele e não a partir dele, de dentro dele. Não estou deslegitimando esse saber, não. Não estou dizendo que ele é inútil, desnecessário. Estou só falando que é de fora, é outro. Então, é preciso que se produza conhecimento que seja próprio, de si mesmo e não do outro falando do que sou, mas que ele possa dizer o que ele é. Então, acho que a pesquisa serve para dizer o Legislativo. Então, as escolas do Legislativo têm essa grande responsabilidade de assumir a voz do Legislativo, o que não é nada fácil, diga-se de passagem. Não é tão simples aqui.

Veja o que aconteceu aqui, em grande parte, com os nossos cursos de pós-graduação, que terminam fazendo estudos que não se diferenciam em quase nada dos estudos que se poderia fazer em qualquer outro lugar, em qualquer outra instituição, o que é uma grande falha, porque esse lugar, o nosso processo de conhecimento, teria que ter como marca justamente esse falar de dentro.

Eu vou dar um exemplo muito claro, bem pragmático do que seria isso. Quando a gente começou a fazer os cursos de especialização... Quando eu cheguei à Câmara, não se fazia curso de especialização. Contratavam-se geralmente várias instituições, como a UnB, FGV e tal. E uma das reclamações que os alunos costumavam fazer, nas avaliações dos cursos de especialização, era que as pessoas que davam aula sobre o Legislativo não sabiam nada do Legislativo. Falavam coisas absurdas sobre o Legislativo, que eles, no dia a dia do seu trabalho, obviamente, não podiam aceitar. Aí gerava todo um desconforto porque gerava até imprecisões sobre a própria rotina legislativa. Havia uma incompreensão. Hoje isso já está superado.

Então, em vez de ser dito, de ser pautado de fora, a gente tem que organizar a nossa própria pauta, dizer como e o que devemos pensar. Esse é o grande lugar da pesquisa. E eu gostaria muito que as escolas do Legislativo, de um modo geral, pensassem isso, claro, com as suas diferenças. É muito diferente uma dissertação de mestrado feita no Cefor, para um trabalho histórico que se pode fazer numa câmara municipal, de recons-

tituição da história da Câmara, por exemplo, a emissão dos seus regimentos. Há pontos de encontro, mas são coisas diferentes. Então, é importante observar essas graduações, mas que é possível e necessário que se produza conhecimento sobre o Legislativo a partir do Legislativo, disso eu não tenho dúvida. Temos que assumir a nossa voz, porque, se você não tem voz, alguém certamente vai falar por você.

Guilherme Wagner Ribeiro (entrevistador)

Muito obrigado por você ceder parte da sua quarta-feira para compartilhar conosco um pouco de suas ideias, de sua concepção sobre educação legislativa.